

Edição v. 43
número 2 / 2024

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 43 (2)
mai/2024-ago/2024

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

Imaginação Cívica e Ficção Televisiva Brasileira: cidadania e formas de vida em debate na série Segunda Chamada

Civic Imagination and Brazilian Television Fiction: forms of life under debate in the series Segunda Chamada

DARIO MESQUITA

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: dario@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4843-0424>.

JOÃO CARLOS MASSAROLO

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: massaro@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5083-1601>.

NAIÁ SADI CÂMARA

Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) – Franca, São Paulo, Brasil. E-mail: naiasadi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2404-2737>.

CLÁUDIA ERTHAL

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: claudiaerthal2@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0036-3250>.

RAFAEL LEANDRO DE SOUZA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: rafael.leandro@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0016-1800>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MESQUITA, Dario; MASSAROLO, João Carlos; CÂMARA, Naiá Sadi; ERTHAL, Cláudia; SOUZA, Rafael Leandro de. Imaginação Cívica e Ficção Televisiva Brasileira: cidadania e formas de vida em debate na série Segunda Chamada. **Contracampo**, Niterói, v. 43, n. 2, p. 01-16, maio/ago. 2024.

Submissão em: 21/01/2024. Revisor A: 01/03/2024; Revisor B: 24/04/2024. Revisor A: 08/05/2024; Revisor B: 19/05/2024. Aceite em: 20/05/2024.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v43i2.61524>

Resumo

O artigo busca analisar a série Segunda Chamada (Globo, 2019; 2021) pela perspectiva da noção de imaginação cívica, com a finalidade de identificar o potencial de construção do debate sobre cidadania no Brasil. A análise é feita a partir do imaginário cultural de instituições escolares representado pela série, que coloca em diálogo diferentes formas de vida. Para tanto, é feita uma revisão bibliográfica sobre a noção de cidadania, bem como de imaginação e imaginário, a fim de se compreender as dinâmicas conceituais de imaginação cívica. Com base no referencial, é realizada uma breve análise das tramas narrativas da primeira temporada de Segunda Chamada. Ao final, são apresentadas as considerações a respeito da pesquisa, de natureza exploratória, indicando desdobramentos para futuras investigações sobre a temática.

Palavras-chaves

Cidadania; Educação pública; Imaginação cívica; Produção seriada brasileira.

Abstract

The article aims to analyze the series Segunda Chamada (Globo, 2019; 2021) through the lens of civic imagination, with the purpose of identifying its potential to foster the debate on citizenship in Brazil. The analysis is conducted based on the cultural imaginary of educational institutions represented in the series, which brings various forms of life into dialogue. To this end, a literature review on the notions of citizenship, imagination, and the imaginary is carried out to understand the conceptual dynamics of civic imagination. Based on this theoretical framework, a brief analysis of the narrative plots of the first season of Segunda Chamada is performed to identify themes that spark the civic imagination. The research, which is exploratory in nature, presents its final considerations indicating pathways for future investigations on the subject.

Keywords

Citizenship; Public education; City imagination; Brazilian serial production.

Introdução: raízes do Brasil

Na perspectiva de Di Felice (2021), as sociedades contemporâneas passam por mudanças que impactam as formas de vida,¹ permeadas por aparatos tecnológicos que determinam novos modos de habitar dos sujeitos em um processo que pode ser compreendido pela ideia de plataforma da sociedade, no qual diferentes atividades (sociais, políticas, econômicas, afetivas etc.) são mediadas pelas plataformas digitais (Van Dijck et al., 2018). Essa condição de habitar, apontada pelo autor, pode ser interpretada como um novo entendimento do sujeito como cidadão, não necessariamente pertencente a uma região geográfica politicamente demarcada, mas habitante de uma rede ecológica complexa de “múltiplas práticas comunicativas entre os membros de uma rede [...], formada por seres humanos, dados, sensores, softwares, algoritmos, florestas, estradas, etc.” (Di Felice, 2021, p. 44). Há em curso, então, a configuração de um novo civismo, ou mundo cívico, um conjunto de normas, valores e práticas que constituem um “universo de relações fora do espaço doméstico ou da intimidade onde o status ou condição de cidadão de ter precedência” (Oliveira, 2022, p. 146).

Essa visão contemporânea de civismo e cidadania, também compartilhada, em certa medida, por autores como Canclini (2020), busca dar conta de relações complexas, não mais sujeitocêntricas ou universalizantes, que emergem de pautas políticas sobre a diversidade cultural e social, a biodiversidade, o problema da automação, da informação monitorada, e disputas territoriais. Tanto Di Felice (2021) quanto Canclini (2020) corroboram com a visão de que as plataformas digitais afetam formas de vida em todas as suas dimensões, demandando novas estratégias de agir politicamente dos sujeitos como cidadãos.

Para essa atual configuração, a noção de imaginação cívica (tradução livre de civic imagination), formulada por Jenkins, Peter-Larazo e Sherstova (2020), pode ser encarada como estratégia de ação política adaptada para o contexto de plataforma da sociedade. Os autores defendem o engajamento em pautas políticas através da apropriação do imaginário da mídia e do entretenimento - um meio de articular ativistas e cidadãos através de mundos ficcionais de filmes, quadrinhos ou séries. A proposta aborda embates sociais dos Estados Unidos, abrindo-se uma lacuna sobre como esse conceito poderia ser compreendido em outros cenários, como o brasileiro.

A partir desses referenciais, a pesquisa busca compreender como a ficção seriada audiovisual nacional tem o potencial de pautar temas que articulem diferentes formas de vida pela perspectiva da noção de imaginação cívica. Como objeto de estudo, é adotada a primeira temporada da série Segunda Chamada (Globo, 2019; 2021), uma produção entre Globo e O2 Filmes. Baseada na peça teatral Conselho de Classe, de Jô Bilac, a série foi escrita por Carla Faour e Julia Spadaccini, com colaboração de Maíra Motta, Giovana Moraes, Victor At e com direção artística de Joana Jabace. Segunda Chamada aborda a falência do ensino público brasileiro, ao acompanhar os desafios e conflitos diários de uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Escola Estadual Carolina Maria de Jesus, localizada na periferia de São Paulo.

No decorrer dos episódios, são abordados diferentes temas e realidades sociais, com histórias que colocam em conflito formas de vida que debatem as condições de cidadania em uma realidade brasileira de extrema desigualdade, elegendo a educação como principal meio de ação transformadora individual e coletiva, e a escola como o lugar que reconstituiria o sentido de viver juntos. Isso parte do pressuposto segundo o qual a função da escola é a educação para o civismo, ou seja, “condição para que um povo consiga exercer a cidadania e trilhar o caminho da prosperidade” (SEALF/MEC, 2022, p. 4).

Desse modo, tem-se o objetivo de responder a principal questão da investigação: O imaginário cultural representado na série Segunda Chamada possui potencial de estimular a imaginação cívica no público?

1 A noção de formas de vida é aqui adotada pela perspectiva de Greimas e Fontanille (1993), referindo-se aos diferentes modos como os sujeitos humanos concebem, organizam e atribuem sentido às suas experiências por meio de sistemas simbólicos, como a linguagem.

Para isso, o artigo primeiramente trata de fazer uma revisão bibliográfica sobre a ideia de cidadania na contemporaneidade, bem como de imaginação e imaginário, a fim de se compreender as dinâmicas conceituais que ajudem no entendimento desta noção. A partir do referencial levantado e debatido, é feita uma breve análise da primeira temporada de Segunda Chamada, de modo a identificar temas com potencial de suscitar a imaginação cívica. Ao final serão feitas considerações a respeito da pesquisa, que adota uma abordagem exploratória, buscando identificar desdobramentos para uma investigação a respeito de dinâmicas comunicativas que extrapolem análises narrativas de séries ficcionais.

Cidadania como Processo em Construção

Nos últimos anos, Canclini (2020) comenta que aumentaram os debates em torno da noção de cidadania, dentro de um contexto de crise da representação política institucionalizada e ascensão de movimentos antidemocráticos em diferentes países, muitos propagados na internet. São discussões que tendem a ampliar o entendimento de civismo e democracia fora da visão universal de direitos vinculados a um determinado território de um Estado soberano.

No Brasil, esse debate ganha força a partir da década de 1990, após o processo de redemocratização, com o fim do regime militar e a instauração da Constituição de 1988. Segundo Silva (2010), uma marca da retomada do regime democrático foi a forte relação entre a ideia de cidadania e os movimentos sociais que se tornaram mais heterogêneos, buscando por alternativas aos espaços tradicionais de transformação política, como partidos e sindicatos.

Ao tratar sobre o conceito de cidadania, Silva (2010) observa essencialmente duas tendências principais: (a) uma de vertente tradicional ou moderna, que compreende a cidadania através de Marshall (2002), pensador inglês que estabelece a ideia de cidadania a partir dos direitos políticos, civis e sociais constituídos pelo Estado, que compreende todos como iguais; (b) e a de vertente crítica, contrária ao idealismo da primeira que estabelece a cidadania como algo estável e igual para todos através dos direitos constituintes. Na visão de pensadores brasileiros dessa linha, a “concepção de cidadania adequada à realidade brasileira deveria priorizar mais seu momento processual, procedimental, do que propriamente a implementação dos direitos” (Silva, 2010, p. 97).

Mas, por ser estratégica para a democracia, como complementa Benevides (1994), a ideia de cidadania também pressupõe instituições, mediações e comportamentos cívicos próprios, com espaços sociais de luta e instituições políticas (como partidos e sindicatos), legislações e setores do poder público. Benevides assume a cidadania pelo prisma da ação, um processo social e político em construção, em contraponto a cidadania passiva “que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral do favor e da tutela” (Benevides, 1994, s.n.).

A cidadania refletida por pesquisadores brasileiros seria a de um processo construtivo, “em que atores sociais diversos constroem projetos normativos díspares e embatem-se em torno da reconfiguração da ordem normativa” (Tavolaro, 2009, p. 97).

Essa visão processual de cidadania, desprendida da rigidez dos espaços tradicionais de representação política, é também compartilhada por autores como Canclini (1997), que discute sobre como as práticas contemporâneas de consumo midiático alteraram o exercício da cidadania. Para o autor, a degradação das instituições políticas nos últimos anos levou ao fortalecimento de outros modos de participação, derivados do consumo privado de produtos e mídias.

Como pano de fundo dessa tendência, Canclini (1997) também aponta a fluidez que as ideias de identidade e cultura tomaram em uma sociedade cada vez mais globalizada. Na atualidade, formas de vida são assimiladas como “uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode ler ou utilizar” (Canclini, 1997, p. 17). O autor defende que a cidadania vai além dos direitos reconhecidos pelas instituições do Estado: compreende também práticas

sociais e culturais que proporcionem um sentido de pertencimento aos sujeitos, que não mais precisam estar atrelados a um território.

Esse pertencimento, como bem aponta Canclini (1997), não é vinculado a um direito à igualdade, mas à diferença. Assim, a subjetividade ganha um aspecto de renovação na sociedade, agregando à cidadania uma função de ‘estratégia política’, a fim de abraçar práticas culturais que ainda escapam da ordem jurídica. Surge, desse modo, diferentes frentes de reivindicação de existência, havendo “uma cidadania racial, outra de gênero, outra ecológica, e assim podemos continuar despedaçando a cidadania em uma multiplicidade infinita de reivindicações” (Canclini, 1997, p. 24).

Esse processo se intensifica mais ainda com as plataformas digitais que, segundo Canclini (2020), destruíram de vez o ‘sentido de viver juntos’, com práticas culturais que ocorrem totalmente on-line, criando um sentimento maior de emergência em agrupamentos políticos (alguns efêmeros) pautados pelas afetividades e questões ecológicas. Na visão do autor, cristaliza-se um processo de descidanização, com o apagamento das instituições políticas tradicionais em detrimento de movimentos sociais identitários. Isso se soma às práticas em redes sociais on-line, com “atores empoderados global ou regionalmente que ensaiam ações sobre o que devemos fazer ou não em relação” (Canclini, 2020, p. 16) às pautas políticas e ecológicas. Embora o termo descidanização dê a entender que a ideia de cidadania estaria tendo um fim, o autor enfatiza que o uso da expressão é apenas para reforçar um movimento de desconstrução do entendimento clássico de cidadania.

Em complemento a essas discussões contemporâneas, pode-se citar também a noção de cidadania digital formulada por Di Felice (2021, p. 44), que propõe “repensar a condição habitativa a partir da noção de formas comunicativas”, transpondo qualquer relação do indivíduo com um território ou local em específico, mas sendo resultado de práticas comunicacionais “entre os membros de uma rede ecológica complexa”. Isso estabeleceria uma ecologia de redes, não mais centradas em sujeitos, mas interativas entre indivíduos, biodiversidade, técnica, informação e território, estabelecendo interdependências entre os membros, e determinando novas formas de vida, construídas “continuamente pela administração do fluxo de dados” (Di Felice, 2021, p. 87).

Segundo o autor, aliada às mudanças provocadas pelas tecnologias conectivas e arquiteturas digitais de interação, a crise do imaginário político ocidental, da democracia e a revisão da questão antropocêntrica quebram a cultura da cidadania ligada ao direito ao voto. Di Felice (2021) aponta as falhas dessa concepção, uma vez que o acesso e participação no voto não implicam participar efetivamente do significado, dos valores e fundamentos do debate público e do civismo. Assim, a cidadania digital é entendida pelo autor como a expansão dos direitos e das formas participativas parlamentares e, portanto, como um fortalecimento, uma versão mais completa de democracia.

Há, nessa última noção, uma visão mais positiva das redes digitais para a consolidação de uma cidadania plena, o que vai de contraponto às perspectivas de Canclini (2020), que compreendem as plataformas digitais (a ecologia das redes na visão de Di Felice) como um espaço enviesado por empresas de tecnologia e interesses particulares do capital neoliberal, que vem corroendo a democracia de forma sistemática em diferentes países. Apesar disso, tanto Canclini (2020) como Di Felice (2021) concordam que a noção de cidadania está em atualização frente às transformações no consumo midiático, e como isso traz múltiplas formas de vida para o debate político, com cidadãos sem uma identidade uniforme, mas mutável, que leva em consideração agentes não-humanos.

Diante desse contexto, seguindo a linha de pensamento de Canclini (1997, 2020), é preciso compreender com urgência como o imaginário coletivo da sociedade civil é representado e propagado por mídias e plataformas. Pela perspectiva do autor, esses seriam os “cenários de consumo onde se forma o que poderíamos chamar de bases estéticas da cidadania” (Canclini, 1997, p. 248).

Indo além, pode-se pensar esses meios como instrumentos de cidadania, constituindo imaginários que fomentam reflexões e ações cidadãs, em que os diferentes sujeitos sociais possam dialogar através de

mundos ficcionais. Como Han (2022) afirma, ao discutir o cenário de crise da democracia nos últimos anos em decorrência das redes sociais que anularam um debate racional, a imaginação é necessária para um discurso democrático e inclusivo, pois através dela, o sujeito consegue se posicionar no lugar do outro, o que ajuda a formular opiniões e posicionamentos de forma mais objetiva. Ele conclui, “sem presença do outro, minha opinião não é discursiva, muito menos representativa, mas autista, doutrinária e dogmática” (Han, 2020, p. 51).²

Partindo desse caminho de reflexão, podemos adotar a noção de ‘imaginação cívica’ como um meio para discutir como produções do entretenimento podem ser meios estratégicos para o processo construtivo de cidadania. Entende-se, portanto, que produtos audiovisuais como séries e novelas, produzidos para televisão e streaming, são capazes de influenciar o público em “imaginar alternativas às atuais condições culturais, políticas ou econômicas”, pois, “não se pode mudar o mundo sem imaginar como seria um mundo melhor”. (Jenkins et al., 2020, p. 5).

A Noção de Imaginação Cívica

Formulado por Jenkins, Peter-Larazo e Sherstova (2020), a concepção de imaginação cívica busca conciliar as dimensões de consumidor e cidadão presentes no público de produções midiáticas, dando conta de ações ativistas que partem do âmbito do imaginário do entretenimento. Na concepção dos autores, por meio de experiências ficcionais, o sujeito pode se ver como um agente de cidadania, com capacidade de realizar mudanças e ser solidário com outros cujas perspectivas sociais e políticas são diferentes das suas, aderindo, assim, a um coletivo com interesses compartilhados, trazendo “dimensões imaginativas para espaços e lugares do mundo real” por ações concretas (Jenkins et al., 2020 p. 5).

Vale notar que a noção de imaginação cívica não deve ser confundida com a ideia de merchandising social, difundida no Brasil através dos estudos de telenovela, em especial as produções da Globo. Merchandising social é entendido como uma estratégia de comunicação adotada dentro dos arcos narrativos de telenovelas, nas quais são usadas medidas “socioeducativas que permitem à audiência extrair ensinamentos e reflexões capazes de mudar positivamente seus conhecimentos, valores, atitudes e práticas” (Lopes, 2009, p. 153). Ou seja, ele não suscita uma dimensão participativa por parte do público. Como a ideia de imaginação cívica coloca através de um processo de apropriação ou de resignificação pelos sujeitos para uso em pautas de interesse social. Há por trás da noção de merchandising uma ideia bastante expositiva, como produtos comerciais, que nesse caso seriam pautas sociais.³

A ideia de imaginação cívica parte especialmente de uma perspectiva dos Estudos Culturais Britânicos, que estabelecem uma proximidade entre produções culturais e a visão política dos sujeitos que as consomem. Na perspectiva dos autores, a cultura precisa ser compreendida como um espaço simbólico em que os sentidos não são dados, mas construídos na recepção e disputados. Assim, a ideia de imaginação cívica adota a noção de hegemonia para cultura, através de Hall (2003, p. 255), encarada como “uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas”. Como zona de disputa, Jenkins (et al, 2020) posiciona a cultura popular (comercial ou não) como a base de toda forma de expressão do sujeito, que pode ser usada para fins de engajamento político pelo bem comum.

Há, nesse sentido, ações que são tomadas com a finalidade de beneficiar um público que está fora

2 A afirmação de Han (2020) surge a partir de um diálogo com as ideias de Hanna Arendt (2020), ao discutir sobre pensamento político como ‘representatividade’ na democracia, em que o pensamento do outro está sempre copresente na formação de opiniões pela prática discursiva.

3 Apesar dessa finalidade, não é difícil encontrar exemplos de merchandising social hoje considerados polêmicos em suas representações, suscitando debates através de cenas apelativas, com agressões físicas e verbais contra mulheres, idosos e negros (Freitas; Chaves, 2020). É possível afirmar que muitas telenovelas não tinham uma devida responsabilidade social no tratamento de seus diversos temas, tendo acertos e erros, tanto que a partir de 2023 a Globo estabeleceu uma equipe para editar telenovelas reprisadas pelo canal pago Viva, com o objetivo de remover tudo que for visto como ‘politicamente incorreto’ para os dias de hoje (Felix, 2023).

da esfera social do sujeito, suportando conexões comunitárias para atender objetivos compartilhados. Os exemplos dessas ações são retirados de estudos de caso de ativismo de fãs como os de Game of Thrones, quando remixaram falas de Donald Trump com trechos da série,⁴ figurando-o como vilão (Jenkins et al., 2020).

A imaginação, comumente compreendida num âmbito individual, ganha um status de pública quando usada com estratégia de ação política. Os autores defendem que regimes democráticos necessitam de uma imaginação pública forte, de modo a tornar visível, partilhável e compreensível novas ideias e propostas políticas para todos (Jenkins et al., 2020). O discurso democrático, como indicado por Han (2022), ocorreria pelo compartilhamento das subjetividades contidas na imaginação de diferentes grupos sociais ou formas de vida que, por sua vez, seriam alimentadas pelo imaginário cultural consumido por mídias e plataformas que representam mundos ficcionais.⁵ Assim, após uma compreensão mais ampla de cidadania e como ela dialoga com a noção de imaginação cívica, torna-se necessário compreender a relação entre imaginação e imaginário, e como isso dialoga com a existência de diferentes formas de vida cidadãs.

Imaginação, Imaginário Cultural e Formas de Vida

O tema do imaginário cultural tem sido amplamente discutido em várias áreas do conhecimento, confundido sempre com imaginação, desde os filósofos antigos, sobretudo os lógicos e o racionalismo cartesiano no século XVII, o imaginário era definido como sonho, loucura e delírio.

A partir da definição de imaginário retirada do dicionário como “o conjunto de símbolos e atributos de um povo, ou de um determinado grupo social”, Nascimento (2001, p. 1), baseada em Durand (1997), aponta que o termo se organiza por três significados nucleares: “pluralidade, representação e coletividade, figurativizados, respectivamente por conjunto, símbolos, povo e grupo”. Já imaginação, definida como “faculdade que tem o espírito de representar imagens, fantasias, criação, invenção”, traz os traços “singularidade, representação e individualidade, figurativizados, respectivamente por espírito, representar, criação e invenção” (Nascimento, 2001, p.1). Para a autora, “tanto imaginário como imaginação são linguagens, só que o primeiro termo é da ordem do coletivo e o segundo, do individual” (Nascimento, 2001, p. 1). O imaginário organiza-se por acordos culturais e coletivos. Assim, o autêntico imaginário não nos distancia da realidade, mas nos restitui nela.

Durand (1997, p. 15) define, numa concepção antropológica, o imaginário como sendo o “museu de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas”. O imaginário forma o “capital pensante do homem”. Dessa perspectiva, o imaginário constitui-se por conjuntos organizados em torno de núcleos entre constelações e arquétipos. Para Durand (1997), a representação simbólica do imaginário poderá ser encontrada nas linguagens e nas instituições sociais.

Entendendo imaginação como uma construção cultural que emerge das estruturas do inconsciente humano, para Durand (1997), a imaginação seria a origem da libertação, ele explica:

É por ela [pela imaginação] que passa a doação do sentido e que funciona o processo de simbolização, é por ela que o pensamento do homem se desaliena dos objetos que a divertem, como os sonhos e os delírios que a pervertem e a engolem nos desejos tomados por realidade (Durand, 1997, p. 23, grifo dos autores).

4 Disponível em: <https://youtu.be/I0tE6T-ecmg?si=rPNKM0kYViBsH7bA>. Acesso em: 08 out. 2023.

5 O termo mundo ficcional é empregado para “denotar a soma de todo o conteúdo e planos expressivos (todas as composições) que são construídos para aderir à mesma lógica interna” (Dena, 2009, p. 23) de uma realidade ficcional que é representada através de diferentes mídias. O mundo ficcional de uma série televisiva, por exemplo, pode ser representado por outros meios além da televisão, como através de livros derivados da obra original.

Esse processo de simbolização é materializado por imagens que se organizam em representações padronizadas, que impõem sentidos a um espectador passivo (Durand, 1997). Por outro lado, Durand nos mostra que existem as imagens transgressoras, pelas quais o imaginário reconstrói ou transforma o real. Essas imagens ocorrem nas narrativas orais, teatro de rua, parlendas, ou seja, na cultura popular e na arte considerada canônica.

Nesse aspecto, mesmo que a produção cultural de entretenimento tenha uma natureza contraditória, como defendida na noção de imaginação cívica, o imaginário cultural do entretenimento, ao mesmo tempo, é capaz de reforçar ideias hegemônicas, e capaz de ser fonte de transformação para os sujeitos. Como Durand (1997) afirma, é através da imaginação que o sujeito se liberta e expressa seus desejos que, como focado aqui, busca o bem comum.

Instituições, como as escolas, por exemplo, são redes simbólicas socialmente sancionadas, que possuem uma parte funcional e uma imaginária na cultura. Sendo assim, no instante que essas instituições entram em crise, expõe-se uma fragmentação dessa rede simbólica sancionada, instaurando-se novas formas de vida que fogem de um entendimento institucional tradicional.

A partir de Greimas e Fontanille (1993), entende-se que as formas de vida manifestam os modos de sentir, pensar, ser e agir dos sujeitos que seguem um modelo organizado de comportamentos arquivados no imaginário cultural e reatualizados em representações. As formas de vida modificam-se a partir de uma ruptura, de uma fratura no cotidiano que, pela invenção por negação de uma moral social, de um sistema de valores ou de programas narrativos legitimados pelas mídias, provoca um acontecimento inovador. Esse acontecimento, se aceito, se estabiliza e passa a configurar-se como uma nova forma de vida que logo depois tornar-se-á rotina (Câmara, 2014).

Dessa perspectiva, considerando a pluralidade (humana e não-humana) que a noção de cidadania busca abarcar atualmente, as formas de vida cidadãos podem ser analisadas do ponto de vista das dinâmicas representadas e difundidas pelo sistema cultural. Algumas dessas formas de vida se mostram inventivas e transgressoras diante de padrões sociais estabelecidos, ou entram em conflito entre si, o que demanda um novo agir político.

Com base no pressuposto de que as narrativas televisivas colocam em circulação formas de vida, “facilitando a constituição ou a afirmação de grupos sociais qualitativamente distintos uns dos outros” (Landowski, 2002, p.94), entende-se as ficções seriadas audiovisuais como um espaço adequado para o debate em torno da imaginação cívica em contexto brasileiro.

De modo mais específico, a série Segunda Chamada (Globo, 2019; 2021) apresenta uma perspectiva do papel das instituições escolares frente ao imaginário cultural contemporâneo. Considera-se que a escola, como instituição, configura um imaginário disciplinar que sempre busca formar cidadãos atuantes para o bem comum. Na sala de aula, considerada tradicional, um professor é o responsável pela organização e condução de um ritual disciplinar, direcionado pelas leis que regem a educação brasileira, passando seu conhecimento ao aluno. Porém, o que se estabelece na vivência é a construção de um conhecimento coletivo, permeado por debates, conflitos e conciliações dos diferentes. Característica que permeia todos os episódios de Segunda Chamada.

A seguir, é analisado o imaginário cultural de instituições escolares representado pelo mundo ficcional de Segunda Chamada, com a finalidade de identificar o potencial na construção de uma imaginação cívica.

Segunda Chamada – mundos possíveis e imaginação cívica

Lançada em 8 de outubro de 2019, a primeira temporada da série Segunda Chamada foi exibida no Globo, com onze episódios, e sua segunda temporada, com seis episódios, estreou em 2021 diretamente no Globoplay, e só foi transmitida na TV aberta em 2023. A série tem forte apelo dramático e de contexto social, com temáticas do cotidiano dos brasileiros.

Para fortalecer a proposta de verossimilhança, Segunda Chamada foi gravada em uma escola pública real, localizada em São Paulo (SP). Uma das autoras da série, Carla Faour, explica: “Quem achou a escola foi a diretora e de fato faz toda a diferença porque carrega a memória, a história. Você vê as marcas que os alunos deixaram lá. A série ganha por ter uma locação e a série ganha por ter uma locação e não só um estúdio”.⁶

É com esse diálogo do cotidiano com o ficcional que a trama conduz o espectador a uma experiência que tenta se assemelhar ao dia a dia numa escola pública, além de fornecer mais instrumentos para pautar debates sociais, no que Lopes (2009, p. 31) chama de uma ‘semiose social’, a partir do momento em que um produto de teledramaturgia cria uma espécie de rede de comunicação própria e envolve o público mesclando os limites da realidade.

Os limites dessa realidade podem ser compreendidos pela ideia de mundos possíveis que, pela perspectiva de Ryan (2005, p. 449), são espaços de construção das relações de acessibilidade entre o mundo ficcional e o mundo real, sendo que essas relações dependem “não apenas dos princípios lógicos, mas também das leis físicas e da causalidade material”. Assim, mundos ficcionais podem ser realistas ou fantásticos, dependendo se os eventos que eles relacionam podem ou não ocorrer fisicamente no mundo real. A estética realista e os temas sociais do mundo ficcional de Segunda Chamada ajudam a configurá-lo de modo crível e verossímil.

No mundo ficcional da série desenrolam as tramas e formas de vida de alunos e professores do ensino público brasileiro. Todos seus elementos ajudam a criar relações de acessibilidade entre a realidade ficcional das personagens e a realidade concreta do público, engajando sua imaginação em temáticas sociais urgentes, para além da própria educação pública. O diálogo entre tantas formas de vida cidadãos nesse mundo possível ajudaria a estabelecer a potencialidade de imaginação cívica que Segunda Chamada apresenta.

Um exemplo explícito dessa busca de verossimilhança está ao final de cada episódio da primeira temporada, em que há depoimentos de pessoas reais sobre a importância do ensino na vida delas. São todos adultos, alguns idosos e idosas, relatando a experiência de vida que os levou a ingressar na escolar para concluir a educação formal.

No último episódio da primeira temporada, ao invés dos depoimentos de ex-alunos reais, o espectador é surpreendido por depoimentos de alunos e alunas personagens da série. Essas histórias evidenciam que a realidade inspirou a ficção para retratar o mundo possível da série. Através dos depoimentos, a relação entre ficção e realidade é reforçada, imprimindo marcas/rastros de veracidade pela linguagem documental de narração da memória.

Estabelece-se, assim, um engajamento afetivo (Baltar, 2007) com o público, aproximando e, por algumas vezes, criando uma identificação do espectador com as histórias retratadas. Baltar (2007, p. 96) explica:

performances da memória – o ato de testemunho, de narração da memória – e uma noção de engajamento emocional com tal ato, um vínculo que acaba por reforçar o valor de autenticidade, recuperando, dessa maneira, através desta espécie de contrato sentimental, o lugar social de fala do domínio do documentário. A carga emotiva que nos une, personagem, diretor, filme e espectadores, reveste de credibilidade o que é, em última instância, da ordem do íntimo, do privado.

Tais depoimentos também reforçam um aspecto melodramático da série, pois, seguindo o pensamento de Baltar (2007), as ‘performances da memória’ estão vinculadas ao universo melodramático por dois motivos: “em primeiro lugar, pois o laço que se estabelece a partir desses testemunhos é da ordem do engajamento afetivo; e em segundo, pois tal engajamento atua exatamente para fortalecer uma

⁶ Disponível em: <https://gshow.globo.com/series/segunda-chamada/noticia/segunda-chamada-elenco-direcao-e-autores-lancam-nova-serie-da-globo-em-sao-paulo.ghml>. Acesso em: 10 out. 2023.

espécie de correlação entre o privado e o público.” (Baltar, 2007, p. 96). São os chamados procedimentos da imaginação melodramática que articulam justamente um convite à emoção, no caso do espectador da série. Assim, além da constituição de mundo, o melodrama presente em Segunda Chamada auxilia na articulação de imagens transgressoras, que por sua vez alimenta o imaginário do público sobre as diferentes formas de vida cidadã atuantes na sociedade.

Como eixo principal do mundo de Segunda Chamada, está a escola pública como uma instituição ficcional que ordena os conflitos dramáticos, o que também a caracteriza como uma série institucional. Meimaridis (2021, p. 128) afirma que essas séries representam instituições ficcionais, como escolas, hospitais e delegacias, que “são responsáveis por ordenar e proporcionar ritmo à narrativa”, tal como as instituições sociais ao nosso redor ordenam determinados processos. Segundo a autora, outra questão explorada por meio de instituições ficcionais é a representação delas como órgãos funcionais para o sistema social, característica que é posta em pauta a todo momento em Segunda Chamada, pois a educação pública é sempre figurativizada como precarizada, porém, essencial para construção de cidadania.

Por último, Meimaridis (2021, p. 129) afirma que essas organizações, além de ordenar rotinas narrativas, “fornecem tensão dramática ao colocar os personagens constantemente no limbo”, ou seja, as instituições ficcionais assumem um primeiro plano em todas as linhas narrativas, constituindo dinâmicas dramáticas centrais às tramas dos personagens, como papéis (professores, alunos ou diretores, no caso de uma escola) e normas os relacionamentos entre eles. Como a autora comenta, isso faz com que séries com foco em instituições sociais assumam um “formato narrativo flexível e duradouro, porque são capazes de contar a mesma narrativa várias vezes disfarçada de histórias distintas” (Meimaridis, 2021, p. 129).

Essas são características que se refletem nas múltiplas tramas representadas em Segunda Chamada, inseridas na dinâmica institucional da educação pública brasileira, em que a escola é posta como um espaço cívico de debate e conciliação dos conflitos sociais. Em uma estrutura serializada, marcada pelo melodrama, que combina arcos narrativos que se concluem em um único episódio e outros que se propagam pela temporada, Segunda Chamada tensiona a relação dos seus diferentes personagens e aprofunda temáticas cotidianas no Brasil.

Pelas Tramas da Educação Pública

Em Segunda Chamada, os assuntos são apresentados intercalados, por mais de uma personagem, como refletidos em um espelho. A técnica é utilizada comparando fatos da vida dos professores com os dos seus alunos. As dificuldades de ensino estão claramente estampadas na precária estrutura física da escola. Logo no primeiro episódio, é feita uma ironia em relação ao estado de instabilidade da instituição ficcional, quando uma das professoras, ao apontar os problemas com uma lâmpada diz “Aqui é curto-circuito todo dia”. A sobrecarga da aluna, mãe que leva a filha de colo para escola, no intuito de continuar a estudar, está também na professora Sônia (Hermila Guedes), com dois filhos, sem rede de apoio, e com um marido abusivo e agressor. A mesma docente, que é vítima da violência de seu companheiro, encara a decisão de prestar uma queixa contra ele na delegacia através de um episódio semelhante com uma de suas alunas. Outra docente, Eliete (Thalita Carauta), segura o bebê no colo e diz: “Eu também sou mãe solteira, também sei como é que é” .

Aqui temos a escola como instituição para além de guardiã do conhecimento formal, da matéria no livro, no quadro negro, mas como formadora de vida e como rede que entrelaça inúmeras histórias parecidas entre suas personagens. Entre os temas desfilados nos 11 episódios da primeira temporada é possível encontrar: extrema pobreza, gravidez na adolescência, transfobia, subempregos, violência, criminalidade, drogas, violência contra a mulher, estupro, aborto, prostituição, desestímulo à cultura, intolerância religiosa, falta de políticas de planejamento familiar, repressão policial, racismo entre outras pautas.

Por suas tramas, Segunda Chamada apresenta elementos do melodrama tradicional, com inúmeros momentos de tensão, forte carga emocional, reviravoltas e situações limites, em vários momentos combinando dor, medo, violência, lágrimas, e paixões, com capítulos carregados de “estética da repetição” (Zanetti, 2009, p. 184), combinando dispositivos no enredo como policentrismo (inúmeros núcleos que convergem) e uma irregularidade regulada: os fatos são expostos de forma aparentemente desordenada, mas nada que escape da compreensão fácil pelo público.

O drama pessoal da protagonista, a professora Lúcia (Débora Bloch), que sofre com a morte do filho desde o primeiro episódio, é desenrolado em doses equilibradas capítulo a capítulo, até o desfecho elucidativo nos dois últimos episódios da primeira temporada. Desta forma, “o espectador se sente confortável ao encontrar o já conhecido, ao saber como a trama será mais ou menos conduzida e como os conflitos serão resolvidos” (Zanetti, 2009, p. 185). A sensação de curiosidade e, ao mesmo tempo, de conforto de que tudo será esclarecido no final, algo característico de séries institucionais (Meimaridis, 2021).

Outro ponto importante e que conecta a produção ao melodrama é o perfil de sua protagonista, uma heroína que transcende, por todo o tempo, o seu papel dentro da sala de aula e se conecta na busca pela resolução dos problemas de seus alunos, em grande parte por carregar a culpa de não ter ‘ajudado’ o próprio filho, que faleceu. Os embates entre a personagem Lúcia e o diretor Jaci (Paulo Gorgulho) escancaram o perfil salvador da professora, como em sua declaração no primeiro episódio: “Eles podem desistir da escola, mas eu não desisto deles”. Esse papel clássico de heroína é um dos preceitos para o melodrama, fazendo parte de uma “combinação de recursos e estratégias, resultando em efeitos geradores de determinados sentimentos, sentidos e sensações” (Zanetti, 2009, p. 192).

Essa característica é mais evidente pela dinâmica de interposição das tramas de alunos e professores, como bem ilustrado no episódio 8 da primeira temporada, quando o arco de história da estudante Aline (Ingrid Gaigher) é utilizado como ferramenta para expandir o drama pessoal da professora Sônia (Hermila Guedes), uma das protagonistas da série.

Desde os primeiros capítulos da obra, o público é apresentado ao relacionamento problemático da professora com o marido, Carlos (Otávio Müller), que está desempregado e não participa das atividades da casa onde mora com a esposa, a mãe e os dois filhos do casal. Sônia serve como um reflexo da real situação de milhares de brasileiras em questões como sobrecarga, acúmulo de trabalho doméstico, esgotamento mental e relacionamento abusivo. No desenrolar da trama, Sônia começa a se envolver afetivamente com um colega, o professor Marco André (Silvio Guindane). Essa relação acaba por ampliar a agressividade do marido sobre a esposa, em uma escalada de fatos presentes em vários momentos do desenrolar da série, e cujo clímax ocorre no oitavo episódio, em que uma aluna de Sônia é agredida pelo próprio companheiro.

É perceptível que a proposta da série é conectar as duas histórias (professora e aluna) para que o público perceba que a violência contra a mulher é mais comum do que se pensa, utilizando o recurso da identificação, o que nos leva a crer que o mesmo possa acontecer com quem está assistindo ao produto. A fim de promover essas discussões perante a audiência, a série reproduz um “repertório compartilhado”, como ressalta Lopes (2009). Esse conteúdo “está na base das representações de uma comunidade nacional imaginada que a televisão, mais do que qualquer outro meio, consegue captar, expressar e atualizar permanentemente” (Lopes, 2009, p. 23).

O tema escolhido (violência contra a mulher) apresenta forte apelo e tem recebido destaque crescente no país, que detém índices alarmantes, o que fica claro perante a reação, em especial, das alunas. O modelo de intertextualidade das histórias é aplicado também quando o namorado de Aline tenta reatar com a jovem na porta da escola, antes de agredi-la. Enquanto ele a aborda (“volta pra mim”), alunas dançam hip-hop e cantam “Cuidado com esse jogo baixo, eu te esculacho”. A agressão à jovem acontece na frente de todos, e a contextualização do caso é feita, propositalmente, na frente da professora Sônia,

que revive seu próprio e secreto dilema. O medo da profissional é posto em teste quando a aluna decide, apoiada pelas colegas e por Marco André, denunciar o agressor à polícia: “Eu acho que vocês estão se precipitando. E se ele for perigoso?”. Neste momento, outra aluna, Natasha (Linn da Quebrada), provoca a docente: “Parece que quem está com medo é você” – em um diálogo que também pode ser entendido como uma provocação ao espectador.

O episódio 8 de Segunda Chamada traz exemplos do que Durand (1998) classifica como componentes de um imaginário construído através de elementos narrativos e imagéticos, no contexto da “explosão do vídeo” (Durand, 1998, p. 32), que simboliza a força preponderante das mídias audiovisuais. No caso da série, distribuída por televisão aberta e streaming, temos uma manifestação de que a imagem representa “uma espécie de intermediário entre um inconsciente não manifesto e uma tomada de consciência coletiva” (Durand, 1998, p. 36).

Ao adotar a escola como um símbolo da atual fragmentação das redes simbólicas do imaginário cultural contemporâneo, Segunda Chamada constitui um mundo ficcional em que formas de vida se entrecruzam pelas tramas. A série leva para o público discussões que demandam uma imaginação cidadã dos sujeitos, de pensar coletivamente na solução de problemas em diferentes níveis.

Neste processo, é possível identificar um fomento a discussões reais do público, diante de semelhanças com as próprias experiências, seja como alunos da rede pública, professores, moradores da periferia ou quem já viveu indiretamente por algum dos casos ali apontados. Até mesmo no contexto da classe média, que aparece por tabela na história da protagonista Lúcia, isso é identificado. Essas ferramentas de reconhecimento e pertencimento são exibidas sem a roupagem do merchandising social, característico das telenovelas, onde é geralmente sentido um didatismo mal disfarçado. Aqui, a noção de responsabilidade social se integra de maneira que parece mais natural nas experiências de vida do espectador.

Considerações Finais

Como discutido neste trabalho, a noção de cidadania encontra-se em expansão, não se detendo a critérios políticos e jurídicos formais, ou sendo uma visão universalizante sobre os sujeitos, mas tentando englobar também agentes não humanos em alguns debates. As formas de vida cidadãs contemporâneas são construídas múltiplas e atuam para serem reconhecidas. Essa dinâmica coloca em debate a vivência entre os diferentes, emergindo conflitos que se intensificam especialmente através das redes sociais digitais, onde o diálogo é subjugado pelos recursos e governança das plataformas.

O fomento à imaginação cívica através do imaginário cultural que circula nas mídias e plataformas poderia ser usado como um meio pedagógico para criar um espaço de diálogo entre os diferentes, de discutir soluções para problemas políticos e sociais no dia a dia das pessoas. Essa qualidade pode ser vista na primeira temporada de Segunda Chamada, em que uma escola pública se transforma em um microuniverso da realidade urbana brasileira. Porém, o recorte feito aqui é sintético, podendo-se desdobrar investigações a respeito das perspectivas da noção tratada que permeia as discussões sobre racismo ou transfobia, por exemplo. Em especial, investigações futuras que cruzem análises de séries audiovisuais ficcionais com pesquisas de consumo e recepção das obras.

É pertinente que a pesquisa amplie seu escopo para além das questões narrativas. A participação seria um fator importante para a noção de imaginação cívica, e as plataformas um espaço para o desenvolvimento de estratégias participativas. Mesmo com a distribuição online, Segunda Chamada não consegue expandir suas pautas e discussões em uma plataforma como o Globo Play. A série fomenta a noção de imaginação cívica, porém, a principal plataforma por onde ela circula não possui recursos para tirar proveito disso.

E isso possivelmente não se restringe apenas à Segunda Chamada. A teledramaturgia brasileira é

rica em exemplos que pautam temas sociais e políticos sensíveis. Os debates poderiam ser realimentados com a participação do público.

Tais estratégias requerem, por outro lado, um estudo mais aprofundado das ações do público em redes sociais. Como uma pesquisa de consumo que possua uma abordagem qualitativa. Essa questão, talvez não seja de interesse para muitas emissoras privadas por não ter um retorno comercial. O que nos coloca em volta de um outro debate fora do escopo da presente pesquisa: refletir sobre uma política de comunicação pública, algo importante para pensar estratégias que fomentem a imaginação cívica através de mídias e plataformas de serviço público. São questões que precisam ser desdobradas em futuras investigações.

Referências

- ARENDDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CÂMARA, Naiá Sadi. Formas de vida no seriado de ficção televisiva - The Game of Thrones. In: Nascimento, Edna Maria Fernandes dos Santos; Abriata Vera Lucia Rodella. (Org.). **Formas de vida: rotina e acontecimento**. 1ed. Ribeirão Preto: Coruja, 2014, v. 1, p. 1-20.
- CANCLINI, Nestor. **Consumidores como Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CANCLINI, Nestor. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Bielefeld University Press, 2020.
- BALTAR, Mariana. “Engajamento afetivo e as performances da memória em Um passaporte húngaro”. **Revista Eco-Pós**, v. 10, n. 2, 2007, pp. 96-112.
- BENEVIDES, Maria. “Cidadania e democracia”. **Lua Nova**: revista de cultura e política, n. 33, ago. 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200002>. Acesso em: 02 Dez. 2023.
- DE MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 54, 2010.
- DENA, Christy. **Transmedia Practice: Theorising the Practice of Expressing a Fictional World across Distinct Media and Environments**. Tese de Doutorado. Sydney: University of Sydney, 2009. 358 f.
- DURANT, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Tradução de Renée Eve Levie. Rio de Janeiro (RJ): DIFEL, 1998.
- FELIX, Walter. Viva cria grupo para editar novelas e vetar cenas “politicamente incorretas”. **Na Telinha UOL**, 1 jun. 2023. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/novelas/2023/06/01/viva-cria-grupo-para-editar-novelas-e-vetar-cenas-politicamente-incorretas-197929.php>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- FREITAS, Rafaela; CHAVES, Rafaele. Os erros e acertos do merchandising social em novelas. **Valkirias**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://valkirias.com.br/merchandising-social-em-novelas/>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- GREIMAS, Julien; FONTANILLE, Jacques. Les formes de vie. Recherches sémiotiques. **Semiotic Inquiry**, Montreal, v.13, p. 520, 1993.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.
- HAN, Byun-Chun. **Infocracia: digitalização e crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- JENKINS, Henry; SHERSTHOVA, Sangita.; PETERS-LAZARO, Gabriel. “Popular Culture and the Civic Imagination - Foundations”. In: JENKINS, Henry; SHERSTHOVA, Sangita.; PETERS-LAZARO, Gabriel (ORGS).

Popular Culture and the Civic Imagination: Case Studies of Creative Social Change. New York: New York Press, 2020.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela como recurso comunicativo. **Revista MATRIZES**, n. 3, 21-47, 2009.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania e Classe Social** [Ed. atual trad. e rev. Por EaD/CEE/MCT], 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MEIMARIDIS, Melina. **“One Chicago”**: instituições ficcionais e Comfort Series na televisão estadunidense. 2021. 350 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

NASCIMENTO, Edna Maria. Imaginário cultural e a construção de textos de propaganda. **Revista do GELNE**, v. 3, n. 1/2, p. 1-5, 2001.

OLIVEIRA, Luís de. Sensibilidade Cívica e Cidadania no Brasil. **Revista Campo Minado**, v. 2, n. 3, p. 146-173, 2022.

RYAN, Marie-Laure. Possible-worldstheory. In: HERMAN, D.; JAHN, M.; RYAN, M. L. (Orgs.). **Routledge encyclopedia of narrative theory.** London: Routledge, 2005.

SEALF/MEC - Secretaria de Alfabetização/ Ministério da Educação. **Currículo Programático Para a Alfabetização de Jovens e Adultos.** Brasília: Governo Federal, 2022.

SILVA, Josué Pereira da. “Nota Crítica sobre Cidadania no Brasil”. **Ideias**, v. 1, n. 1, 2010, pp. 95–119. <https://doi.org/10.20396/ideias.v1i1.8649307>. Acesso em: 02 Dez. 2023.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

TAVOLARO, Sergio. “Para além de uma ‘cidadania à brasileira’: uma consideração crítica da produção sociológica nacional”. **Revista Sociologia Política**, v.17, n. 32, Curitiba, pp. 95-120, 2009.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WALL, Martijn. **The Platform Society: Public Values in a Connective World.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

ZANETTI, Daniela. “Repetição, serialização, narrativa”. **Revista MATRIZES**, v. 2, n. 2, pp. 181-194, 2009. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i2p181-194>. Acesso em: 02 Dez. 2023.

Dario Mesquita é Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Produção de Conteúdo Multiplataforma (PPGPCM) da UFSCar. Doutorado em Design pela Universidade Anhembi Morumbi, mestrado em Imagem e Som pela UFSCar. Membro pesquisador do GEMInIS – Grupo de Estudos sobre Mídias Interativas em Imagem e Som, e do Obitel Brasil/UFSCar. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

João Carlos Massarolo é Professor associado do Departamento de Artes e Comunicação (DAC) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Produção de Conteúdo Multiplataforma (PPGPCM/UFSCar). Bolsista CNPq (PQ2). Coordenador do GEMInIS e do Obitel Brasil/UFSCar. Editor responsável da revista GEMInIS. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa e desenvolvimento da discussão teórica.

Naiá Sadi Câmara é Professora pesquisadora do programa de mestrado interdisciplinar em Desenvolvimento Regional e do curso de Comunicação Social do Centro Universitário de Franca. Pós doutora em Comunicação e Artes pela Ufscar. Doutora e mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp/ Araraquara. Membro pesquisadora dos grupos Transled (Grupo de pesquisa em Leramentos transmídia- Comunicação

e Educação; e do grupo GEMInIS e do Obitel Brasil/UFSCar. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito.

Cláudia Erthal é Jornalista, documentarista e pesquisadora. Atua na criação e desenvolvimento de conteúdo e produtos audiovisuais para produtoras, agências, emissoras de TV e para a Internet. Experiência nas áreas de Comunicação, Cinema, TV e Audiovisual. Pesquisadora de Comunicação na área de vida digital no Pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos. Doutora em Meios e Processos Audiovisuais da Escola de Comunicação e Artes do Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Meios e Processos Audiovisuais da Escola de Comunicação e Artes do Universidade de São Paulo - USP. Jornalista - Criação, Roteiro, Direção de conteúdo para TV, Internet e impresso. Docente da disciplina de Jornalismo Social e Comunitário na Universidade FIAM-FAAM/SP. Master of Arts/MA - Independent Film and Video - University of London. Graduação em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Neste artigo, contribuiu com desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Rafael Leandro de Souza é Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), na linha Mídia, Linguagens e Processos Sóciopolíticos. Bacharel em Jornalismo também pela UFPE. Pesquisador sobre televisão e streaming, com foco na relação entre a TV Globo e o Globoplay, além de outros temas como história da televisão e reality show. Membro do GEMInIS e do Obitel Brasil/UFSCar. Neste artigo, contribuiu com desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito.